

POLÍTICA

Oposição critica tempo de análise de matérias na AL

As matérias que chegam em regime de urgência têm causado reações de deputados que admitem votar sem conhecimento do conteúdo dos projetos

FOTO MÁXIMO MOURA / AL



João Jaime diz que o Governo teve 90 dias para encaminhar a matéria, mas optou por fazê-lo às vésperas do prazo final, prejudicando o debate sobre a proposta

“Votamos sem saber o que estamos votando”, admitiram, ontem, na Assembleia Legislativa, alguns deputados, principalmente os de oposição, ao criticarem mensagens do Governo do Estado que chegam à Assembleia Legislativa em regime de urgência. De acordo com os pares, as mensagens que precisam ser votadas em até 48 horas não são avaliadas e discutidas a contento. Ontem, o projeto de lei que chegou a casa, pedindo urgência na tramitação da matéria que dispõe sobre o partilhamento do ICMS de produtos eletrônicos entre estados de origem e de destino, trouxe de volta a discussão, que tem sido recorrente nas últimas semanas. Apesar do debate gerado, a votação não aconteceu porque faltou quorum no plenário.

De acordo com o deputado Audic Mota (PMDB), tem sido costume o Governo encaminhar matérias de origem tributárias, para se-

rem apreciadas em um curto espaço de tempo, apesar da importância e os impactos que geram no Estado. “Os projetos de lei devem ser amadurecidos, não podemos fazer aqui uma casa de toque de caixa, ou uma casa que simplesmente carimba ou chancela”, criticou.

De acordo com o peemedebista, o Governo espera o momento “oportuno” para fazer esse apelo à Assembleia. “São projetos como estes que a Assembleia deve alargar a discussão, para que se reflita com profundidade a respeito das mudanças na legislação tributária do Ceará”, frisou.

O deputado João Jaime destacou que o Governo teve 90 dias para encaminhar a matéria para a casa, mas preferiu mandar as vésperas. “Eu li a matéria, é uma lei complexa que não fala na essência do que se quer fazer, mas remete artigos, parágrafos que é incompressível para qualquer deputado e até jurista, sem que tenha acesso e faça

um estudo da lei”, pontuou. Na mesma linha, pronunciaram-se o deputado Roberto Mesquita (PV), Dra. Silvana (PMDB) e Heitor Férrer (PDT), dentro outros.

“Por que é que não se apressaram e deixaram para trazer de afogadilho como via de regra tem vindo para esta casa, leis importantes como Leis Orçamentárias e de Diretrizes Orçamentárias”, questionou Roberto Mesquita.

“A matéria tem seu mérito, mas não há necessidade nenhuma de estabelecer a urgência. Isso serve para que caiamos em um aspecto: votar sem saber o que estamos votando”, reconheceu Heitor Férrer.

Mérito da matéria

Durante a discussão em que muitos deputados de oposição afirmaram que não iriam votar a favor do regime de urgência, o deputado Elmano de Freitas (PT) defendeu e salientou que quando

TCE Como parte das comemorações dos seus 80 anos, o Tribunal de Contas do Estado do Ceará vai sediar, nesta quinta e sexta-feira (1º e 2 de outubro), a 11ª edição do Congresso Norte-Nordeste de Controle Interno e Externo. O evento possibilitará a troca de experiências.



FERNANDO MAIA
DIÁRIO
POLÍTICO

“Aula” de malandragem

A maneira como o PT rejeita as doações de empresas a partidos e candidatos dava, de início, a impressão de uma atitude correta, para impedir que alguns políticos sejam favorecidos, prejudicando outros menos favorecidos. Essa patranha chegou a iludir muita gente, mas foi desmascarada depois que o ministro Gilmar Mendes, do STF, que votou pelas doações, abriu os olhos do País sobre essa posição PT, que agora sabemos ser mais uma mentira com que este chegou ao poder. Para o ministro, só os desatentos não notam que esse “desapego” do PT, por recursos doados, se dá porque este não está necessitando de grana para tentar continuar no poder até 2038, ou seja, por mais cinco eleições. Nem precisa, diz Gilmar, tentar adivinhar que, para permanecer por tanto tempo no poder, os “gênios” do PT bolaram um plano perfeito, ou seja, montar grande esquema de rapinagem, via manobras que geraram o “mensalão”, o “petrolão” e outros. Daí poder-se afirmar que o partido da estrela vermelha, que, em tese, era uma entidade honesta, implantou no Brasil o mais abjeto dos modelos para se chegar ao poder: a cleptocracia – poder da ladroagem. Diante disso, fica claro que, enquanto muitos corruptos e corruptores estão presos por conta da “Operação Lava Jato”, em algum lugar no Brasil ou além-fronteira, está bem “amoitada” a dinheirama em que o juiz Moro, o MPF e a PF não conseguiram ainda pôr as mãos. A reeleição de Dilma teria custado R\$ 300 milhões, uma ninharia, diante do que o PT teria como reserva para tentar vencer até 2038. Só que não existe plano nem crime perfeito.

FOTO DIVULGAÇÃO

Fiscalização Na visão do deputado Elmano Freitas (PT), não existe uma rejeição radical do PT em relação às doações de empresas nas campanhas eleitorais. O problema, segundo ele, é que, à falta de fiscalização rigorosa, fazem-se doações cuja origem ninguém nunca conhece.



Piada

A senadora Marta Suplicy, durante solenidade onde anunciou sua filiação ao PMDB, disse que mudou de partido para “livrar o país da corrupção”. E quem estava ao lado dela? Simplesmente Eduardo Cunha, citado no Lava Jato como um dos beneficiados no Petrolão.

de ingressar na Rede. Já anunciaram adesão ao partido de Marina, os deputados Miro Teixeira (ex-Pros-RJ), Aeli Machado (ex-PCdoB-PR) e Alessandro Molon (ex-PT/RJ) e Heloísa Helena (ex-Psol).

Molecagem

Em várias cidades do interior, virou moda prefeitos se utilizarem das Câmaras Municipais para prejudicarem adversários.

Caridade

Uma dessas manobras baixas, por exemplo, ocorre em Caridade, onde a maioria da Câmara rejeita todas as matérias da bancada adversária, incluindo até votos de congratulações e votos de pesar.

Mestrado

Estão abertas, até 26 de outubro, as inscrições para o Mestrado em Planejamento e Políticas Públicas, que será realizado na Esmec, em parceria com a Uece. A informação do é desembargador Paulo Francisco Banhos Ponte, diretor da Esmec.

Expectativa

O Governo deverá concluir a reforma ministerial, prometida por Dilma, nesta quarta-feira. Foi o que afirmou, ontem, o ministro das Comunicações, Ricardo Berzoini.

Sucessão

Em razão do fraco desempenho do prefeito Geraldo Júlio (PSB), frente à Prefeitura do Recife, e da morte de seu mentor Eduardo Campos, sobram candidatos à sucessão de GJ.

O novo é o velho

Querem disputar a Prefeitura do Recife, os ex-governadores Jarbas Vasconcelos (PMDB), Joaquim Francisco (recém-filiado ao PSDB), e o ex-ministro Gustavo Krause (DEM).

Desiludidos

Vários políticos aderem a Rede, da ex-senadora Marina Silva, recentemente oficializado pelo TSE. O partido está virando desaguadouro para vários políticos desencantados com o PT do Lula.

Revoada

O senador Randolfe Rodrigues (ex-Psol), acaba

“Entreaspas”

“Não há nada de mais prejudicial e deletério para um Município, um Estado ou um país, do que uma oposição que só sabe e só pensa em fazer oposição”. Governador do Ceará, César Cals de Oliveira Filho (1926-1991)

Mais informações de Fernando Maia:
e-mail: fernandomaia@oestadoce.com.br

blogdofernandomaia.zip.net

Câmara Municipal de Fortaleza instala CPI para investigar a Coelce

O presidente da Câmara Municipal de Fortaleza, vereador Salmito Filho (Pros), instaurou a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar denúncias de irregularidades por parte da Companhia Energética do Ceará (Coelce). A primeira reunião de trabalho da comissão ocorrerá amanhã, onde serão escolhidos o presidente e relatoria do vereador Joaquim Rocha (PV), um dos autores do requerimento.

Essa é a segunda tentativa de instalar a CPI desde agosto deste ano. Na primeira vez, a Presidência retrocedeu da decisão depois de detectar irregularidades. O pedido havia sido protocolado pelo vereador Joaquim Rocha (PV), durante a gestão Walter Cavalcante à frente do Legislativo municipal. Agora, a nova proposta é de autoria dos vereadores Joaquim Rocha, Deodato Ramalho (PT) e Robert Burns (PTC). Desde a volta do recesso parlamentar, o assunto é recorrente nas sessões plenárias.

Ontem, por fim, Salmito lembrou que o requerimento havia sido publicado em Diário Oficial do Município na semana passada, e, agora, conforme o Regimento

Interno, a instauração está sendo realizada. Salmito solicitou que, em no máximo 24 horas, a Comissão se reúna para eleger o presidente e que conste em ata a relatoria do vereador Joaquim Rocha. Foram designados para compor a comissão, além de Joaquim Rocha, os vereadores João Alfredo (Psol), Deodato Ramalho (PT), Márcio Cruz (Pros), Roberto Burns (PTC), Luciram Girão (PMDB) e Eulógio Neto (PSC), como membros titulares.

Esclarecimento

Em nota, a Coelce afirmou “estar aberta para prestar esclarecimentos sobre os temas mencionados pela Câmara dos Vereadores”. Esclareceu, ainda, que possui o maior número de clientes e é a única que está presente em todo o estado do Ceará com mais de 3 milhões e 600 mil unidades consumidoras, o que justifica ter um número maior de solicitações. Além disso, “a Coelce informa ainda que foi reconhecida recentemente por uma avaliação nacional, da Abradee (Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica), pela 5ª vez, como melhor distribuidora de energia”.

AL debate projeto que institui programa de desenvolvimento no Ceará

O Programa Cearense de Desenvolvimento Sustentável (Procedes), proposto por meio do projeto de indicação, e em tramitação na Assembleia Legislativa será tema de audiência pública na Comissão de Ciência, Tecnologia e Educação Superior (CTES) da AL. O debate foi solicitado pelo deputado Odilon Aguiar (Pros), autor da indicação, e será realizado, hoje, a partir das 14h30, no Complexo de Comissões Técnicas da Casa.

De acordo com o parlamentar, o propósito da iniciativa é discutir o potencial de desenvolvimento tecnológico, educacional, industrial e social do estado do Ceará, como resultado da implantação do Procedes. O programa objetiva incentivar a microgeração, a minigeração e a geração de energia sustentável de grande porte, desonerando o ICMS de equipamentos, peças e componentes utilizados na instalação das unidades.

O deputado ressalta que a seca tem levado a uma disputa pela água para a geração de energia, consumo humano, agropecuário e industrial, sendo fundamental o investimento na geração de outra forma de energia renovável.

“A seca no Nordeste e, em

ocorre mudança em qualquer política tributária do Estado, a matéria precisa ser aprovada 90 dias antes do exercício terminar.

“Se, no final deste mês, não tiver alteração pelo critério da noventena, não terá incidência do tributo”, disse o petista, salientando que o ICMS arrecado para o Governo não vem de impostos aplicados em empresa cearense. “Se alguém compra um produto eletrônico pela internet em São Paulo, Pernambuco, por exemplo, esse imposto será recolhido da empresa sediadas em outros estados, da origem de onde foi comprado o produto”.

O parlamentar destacou que, por mês, a previsão é de que o Ceará arrecade R\$ 10 milhões. “O que está se querendo propor é que a empresa, ao vender para o Ceará, e que mandar pelo correio, ao invés de imposto ficar no estado de origem, o imposto venha para nosso Estado, para ser investido em saúde e educação”, destacou. “Essa casa está sendo chamada a garantir a urgência, para que esses recursos sejam destinados ao Ceará e não se perca em outros estados”, reforçou.

O líder do Governo, Evandro Leitão (PDT), ponderou na tribuna que “existe sim a urgência na tramitação”, sob a justificativa de quanto mais o tempo passar, recursos para o Estado deixarão de ser arrecadados. “Amanhã (hoje), a comissão de Orçamento, Finanças e Tramitação se reunirá, e os deputados podem sanar as dúvidas sobre as supostas pegadinhas no projeto de lei”.

MAIS CONTEÚDO ACESSE
www.oestadoce.com.br